

PRÉMIO

BOAS PRÁTICAS I ASSOCIATIVISMO ESTUDANTIL

Enquadramento

O Instituto Português do Desporto e Juventude, IP., (IPDJ, I.P.), tem por missão a execução de uma política integrada e descentralizada para as áreas do desporto e da juventude, constando das suas atribuições específicas na área da Juventude, entre outras, conforme o *Decreto-Lei n.º 98/2011 de 21 de setembro*:

- Apoiar a definição das políticas públicas para a juventude, designadamente através da adoção de medidas de estímulo à participação cívica dos jovens em atividades sociais, económicas, culturais e educativas;
- Apoiar o associativismo jovem, nos termos da lei, mantendo atualizado o Registo Nacional do Associativismo Jovem (RNAJ);
- Apoiar técnica e financeiramente os programas desenvolvidos no âmbito da Lei do Associativismo Jovem;
- Promover a implementação de programas destinados a responder às necessidades e especificidade do universo jovem, nomeadamente nas áreas de ocupação de tempos livres, do voluntariado, do associativismo, da educação não formal e da formação;
- Promover e implementar mecanismos de estímulo e apoio à iniciativa e ao espírito empreendedor dos jovens;

Assim e em coerência com uma estratégia integrada de fomento ao Associativismo Jovem é instituído, através de concurso anual promovido pelo IPDJ, I.P., o **Prémio “Boas Práticas I Associativismo Estudantil”**.

REGULAMENTO

Artigo 1º

(Entidade Promotora)

1. O Prémio “Boas Práticas I Associativismo Estudantil” é promovido pelo Instituto Português do Desporto e Juventude, IP. (IPDJ, I.P).

Artigo 2º

(Destinatários)

1. O Prémio “Boas Práticas I Associativismo Estudantil” é anualmente atribuído, mediante concurso, a **associações de estudantes do ensino superior e respetivas federações** que se encontrem inscritas e efetivas no Registo Nacional do Associativismo Jovem (RNAJ).

Artigo 3º

(Objeto)

1. Este prémio tem por base um concurso que pretende selecionar, ao nível regional, as associações de estudantes que se destacam pela capacidade de promover, de informar e de comunicar as regras, direitos, deveres e vivências universitárias aos alunos do seu estabelecimento de ensino, bem como pela capacidade de criar impacto e oportunidades na comunidade académica, juvenil e população em geral, como veículo de expressão enquanto escolas de cidadania ativa e de participação cívica e democrática dos jovens.

Artigo 4º

(Objetivos)

1. São objetivos do Prémio “Boas Práticas I Associativismo Estudantil”:

- a) Premiar, em cada região, anualmente, a entidade que, pela sua atividade e características, mais se tenha destacado no ano anterior ao da atribuição do prémio;

- b) Promover o reconhecimento da importância da atividade das associações de estudantes em cada estabelecimento de ensino e na comunidade em geral;
- c) Incentivar os jovens ao Associativismo e à cidadania participativa;
- d) Distinguir a qualidade da intervenção associativa jovem, premiando projetos inovadores e com impacto social relevante;
- e) Distinguir projetos associativos com perfil de consolidação, que tenham construído uma sólida integração com os atores da área geográfica e de intervenção em que se integram e com capacidade de se projetarem para o exterior;
- f) Distinguir projetos associativos que promovam regras, direitos, deveres e vivências universitárias aos alunos do seu estabelecimento de ensino e a criação de oportunidades de formação complementar.

Artigo 5º
(Condições de Participação)

1. As entidades candidatas devem estar inscritas no RNAJ e em condição efetiva.
2. Só é admitida a apresentação de uma candidatura por entidade.
3. A candidatura deve integrar obrigatoriamente um projeto realizado no ano anterior ao concurso e à escolha da entidade concorrente.
4. No caso de um projeto de carácter regular anual, este pode ser submetido novamente a concurso em diferentes anos, desde que não tenha sido objeto de prémio neste âmbito.
5. O IPDJ, I.P., reserva-se o direito de não admitir a concurso as entidades que não obedecem às regras estabelecidas no presente regulamento.
6. O IPDJ, I.P., reserva-se o direito de não atribuir prémio, caso o júri considere não haver candidaturas que reúnam a qualidade considerada necessária ao mérito a valorizar.

Artigo 6º

(Candidatura e Requisitos)

1. O período de candidatura abrirá anualmente em data a definir por despacho do Conselho Diretivo do IPDJ, I.P., e será difundido publicamente pelos meios ao dispor do IPDJ, I.P., com ênfase particular na divulgação direta junto do movimento associativo estudantil.

2. As candidaturas apenas serão consideradas elegíveis, após o preenchimento integral de formulário digital, disponível em <https://forms.office.com/e/XhLQjR88Jd>, disponibilizado pelo IPDJ, I.P., e da entrega de documentos anexos nele solicitados.

- a) **Formulário “CONCURSO "BOAS PRÁTICAS | ASSOCIATIVISMO ESTUDANTIL”** destina-se a identificar e caracterizar todas as Associações Estudantis que, queiram candidatar-se ao concurso “Prémios Boas Práticas | Associativismo Jovem”, na categoria “Concurso Boas Práticas | Associativismo Estudantil”.

Artigo 7º

(Formulário e procedimentos de candidatura)

1. O formulário de candidatura “**CONCURSO "BOAS PRÁTICAS | ASSOCIATIVISMO ESTUDANTIL”** é preenchido através de formulário digital e composto por 5 secções.

2. Tem como objetivos identificar a associação candidata, caracterizar o projeto desenvolvido, perceber o impacto que o projeto alcançou e determinar o orçamento do mesmo.

- a) **Identificação da Associação** respeita às características da associação candidata (identificação de elementos fiscais, composição da direção e projetos existentes).
- b) **Identificação do Projeto** respeita à definição do projeto (objetivos, memória descritiva, cronograma, nº de elementos da equipa responsável, nº de alunos/jovens envolvidos, tipo de destinatários, metodologia de intervenção utilizada, metodologia de divulgação, metodologia de avaliação, orçamento executado) e aos dados para avaliação da atividade da associação de estudantes por via do projeto.
- c) **Impacto do Projeto** respeita à abrangência do projeto (serviços fornecidos, inovação, potencial de replicação, divulgação, capacidade de implementar parcerias públicas ou privadas, com o movimento associativo juvenil ou com outras associações internacionais através de intercâmbios,

criação de oportunidades de formação complementar e capacidade de expressão de saberes científicos e académicos) mas, também, ao seu alcance.

- d) **Orçamento** respeita aos valores despendidos e aos rendimentos obtidos com o projeto.
- e) **Declaração de Candidatura** respeita à aceitação do regulamento do prémio “Boas Práticas | Associativismo Estudantil” e das condições de candidatura.

3. Após o preenchimento integral do formulário “**CONCURSO "BOAS PRÁTICAS | ASSOCIATIVISMO ESTUDANTIL"**”, as candidaturas deverão enviar, através de e-mail, elementos formais que possam comprovar a valorização dos critérios de avaliação e desempate, previstos no artigo 8º deste regulamento, para a sua respetiva Delegação Regional do IPDJ. I.P.

4. Os elementos a anexar à candidatura, devem ser apresentados em formato PDF ou similar e ser identificados através do número da pergunta.

5. As entidades candidatas deverão ter a situação regularizada perante a Administração Fiscal e Segurança Social (devendo entregar as digitalizações das respetivas certidões ou a devida autorização para consulta em *site* oficial), com ausência de dívidas a entidades públicas, em particular ao IPDJ, I.P.).

Artigo 8º

(Critérios de Avaliação e Desempate)

1. Cada candidatura será avaliada em dois parâmetros fundamentais, um respeitante à entidade e outro à sua atividade, atestada no projeto apresentado como complemento, de acordo com os critérios pontuados na grelha anexa a este regulamento e que dele é parte integrante:

A) Parâmetro A – Perfil de organização e consolidação da associação de estudantes

A.1. Média de idades da direção da associação;

A.2. Percentagem de igualdade de género na direção da associação;

A.3. Cumprimento de procedimentos com o IPDJ no ano anterior ao da candidatura no que respeita a:

A.3.1. Entrega correta e atempada de relatórios relativos a apoios PAAJ (PAE, PAI Med, Programa Formar);

A.3.2. Realização atempada e correta da manutenção RNAJ;

A.3.3. Divulgação/ publicitação de apoios do IPDJ;

A.4. Fator de empregabilidade;

A.5. Oferta de serviços à comunidade estudantil;

A.6. Práticas de fomento de sustentabilidade ambiental (utilização de energias renováveis, Práticas de reciclagem e reutilização, Atividades de educação ambiental);

A.7. Cumprimento das atividades incluídas no plano de atividades apresentado ao IPDJ, I.P., em candidatura anterior ao PAE.

B) Parâmetro B – Avaliação da atividade da associação de estudantes por via do projeto

B.1. Disseminação ou oferta de serviços/atividade à comunidade estudantil e/ou sociedade em geral, que até então não existiam ou sem oferta relevante;

B.2. Caráter de inovação na atividade da entidade (*novas áreas, metodologias*);

B.3. Nº de alunos/jovens abrangidos pelo projeto;

B.4. Acesso por parte de alunos a oportunidades de formação complementar;

B.5. Duração do projeto (duração; regularidade);

B.6. Capacidade de estabelecer parcerias (redes com o universo estudantil e/ou com entidades públicas e privadas), formalmente instituídas;

B.7. Capacidade de expressão de saberes científicos/académicos no projeto;

B.8. Capacidade de desenvolver a ligação entre o universo associativo estudantil e juvenil;

B.9. Capacidade de estabelecer a troca de experiências e/ou intercâmbios com outros países no âmbito do projeto;

B.10. Visibilidade e impacto mediático do projeto;

B.11. Rácios orçamentais (estrutura e autofinanciamento).

2. Em caso de empate serão aplicados os seguintes critérios por ordem sequencial, sendo vencedora a candidatura que:

- a) Obtenha mais pontos no Parâmetro B (avaliação da atividade da associação de estudantes por via do projeto);
- b) Detenha a direção mais jovem;
- c) Seja proveniente de um estabelecimento de ensino com o menor nº de alunos (conforme dados da DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, relativos ao ano do projeto candidato).

3. Mantendo-se o empate, será atribuído o prémio *ex aequo* às duas candidaturas, com divisão do montante do prémio da região, em partes iguais.

Artigo 9º

(Seleção e divulgação de resultados)

1. Ao júri do concurso, em cada região, caberá a responsabilidade do processo de seleção, mediante a pontuação e ordenação das candidaturas a concurso, em cada região. Será vencedora de cada região, a entidade e projeto que obtenha maior pontuação na totalidade dos critérios.
2. As entidades vencedoras serão anunciadas e distinguidas em evento com data a determinar, bem como publicitadas em www.ipdj.gov.pt, pelo Conselho Diretivo do IPDJ, I.P.

Artigo 10º

(Júri)

1. O Júri será constituído com estrutura idêntica em cada região, no distrito sede dos serviços desconcentrados do IPDJ, I.P., (Porto, Coimbra, Lisboa, Évora e Faro) e apreciará as candidaturas por região.
2. O júri do concurso será constituído por 5 elementos:
 - a) Um representante designado pelo CNJ – Conselho Nacional da Juventude, para cada região;
 - b) Um representante das Associações de Estudantes do Ensino Superior no Conselho Consultivo Regional (CCR);
 - c) Um representante de referência no mundo académico da região, mediante convite a efetuar pelo IPDJ, I.P.;
 - d) Uma figura pública ou de relevo de cada região, mediante convite a efetuar pelo IPDJ, I.P.;
 - e) O/a Diretor/a Regional do IPDJ, IP., em cada região.
3. O júri do concurso será presidido pelo/a Diretor/a Regional do IPDJ, IP., em cada região. Em caso de não comparência de um elemento do júri por motivos inadiáveis ou imprevistos, o presidente do júri terá voto de qualidade.
4. O presidente do júri poderá nomear uma equipa técnica, composta por elementos do IPDJ, IP., para verificação e validação técnica dos elementos obrigatórios a constar das candidaturas.
5. Da decisão do júri não haverá lugar a recurso ou reclamação.

Artigo 11º

(Prémios)

1. Será premiada uma associação de estudantes por região, sendo no total atribuídos 5 (cinco) prémios pecuniários no valor de 1.500,00€ cada.
2. Por decisão do júri, podem ser atribuídas menções honrosas em número e valor pecuniário a definir pelo Conselho Diretivo do IPDJ I.P., de acordo com a dotação financeira anual.
3. Cada associação premiada receberá do IPDJ, I.P., simbolicamente, um certificado de mérito.

Artigo 12º

(Disposições Finais)

1. A participação no concurso implica a aceitação das condições expressas no regulamento da iniciativa e da autorização para uso de dados, conforme legislação em vigor.
2. A falta de qualquer elemento ou o não cumprimento de algum dos artigos do presente regulamento, implica a exclusão da entidade concorrente.
3. À organização caberá a resolução dos casos omissos, mediante despacho final do Conselho Diretivo do IPDJ, I.P.

ANEXOS AO REGULAMENTO

I - Tabela de critérios de ponderação e pontuação

II - Notas explicativas dos critérios e indicadores de ponderação e das suas fontes de recolha

I - TABELA DE CRITÉRIOS DE PONDERAÇÃO E PONTUAÇÃO

Parâmetro A – Perfil de organização e consolidação da associação de estudantes

Critério	Avaliação	Valorização (pontos)
A.1. Média de idades da Direção da Associação	<i>Mais de 25 anos</i>	4
	<i>Entre 21 e 25 anos</i>	6
	<i>Até 20 anos</i>	8
A.2. Igualdade de género na direção da associação	<i>Mais de 55% de um sexo</i>	2
	<i>Entre 45% e 55% de um sexo</i>	4
A.3. Cumprimento de procedimentos com o IPDJ	<i>Não / Sim</i>	0 a 3
A.3.1. Entrega correta e atempada de relatórios relativos a apoios PAAJ		
A.3.2. Realização atempada e correta da manutenção RNAJ		
A.3.3. Divulgação/publicitação de apoios do IPDJ	<i>Não / Sim</i>	0 a 4
A.4. Fator de Empregabilidade (tem recursos humanos com Contrato de Trabalho)	<i>Não/Sim</i>	0 a 2
A.5-Oferta de serviços à comunidade estudantil	<i>Até 2 tipos de serviços</i>	1
	<i>Mais de 2 tipos de serviços</i>	3
A.6. Práticas de fomento de sustentabilidade ambiental (utilização de energias renováveis, Práticas de reciclagem e reutilização, Atividades de educação ambiental)	<i>Não/Sim</i>	0 a 4
A7 Cumprimento das atividades incluídas no plano de atividades apresentado ao IPDJ em candidatura anterior ao PAE	Mais de 75% das atividades	4
	Mais de 50% e até 75% das atividades	3
	Mais de 25% e até 50% das atividades	2
	em menos de 25% das atividades	1

Parâmetro B. - Avaliação da atividade da associação por via do projeto

Critério	Avaliação	Valoração (pontos)
B.1 - A disseminação ou oferta de serviços/atividades à comunidade estudantil e/ou sociedade em geral, não existentes até então ou sem oferta relevante	<i>Não/ Sim</i>	0 a 6
B.2 - Caráter de inovação na atividade da entidade (novas áreas de intervenção / novas metodologias)	<i>Nenhuma inovação</i>	0
	<i>1 Indicador</i>	4
	<i>2 Indicadores</i>	8
B.3 – Nº de alunos/jovens abrangidos pelo projeto	<i>Até 100 alunos/jovens</i>	2
	<i>De 101 a 500 alunos/jovens</i>	4
	<i>Mais de 500 alunos/jovens</i>	6
B.4 - Acesso por parte de jovens alunos a oportunidades de formação complementar	<i>Não/ Sim</i>	0 a 6
B.5 - Duração do projeto B.5.1. B.5.2.	<i>Menos de 3 meses</i>	2
	<i>de 3 a 6 meses</i>	4
	<i>Mais de 6 meses</i>	6
	<i>Caracter pontual</i>	4
	<i>Caracter regular</i>	6
B.6 - Capacidade de estabelecer parcerias (universo estudantil e/ou entidades públicas e privadas) formalmente instituídas.	<i>Sem parceria</i>	2
	<i>1 a 2 parcerias</i>	4
	<i>3 ou mais parcerias</i>	6
B.7 - Capacidade de expressão de saberes científicos/académicos no projeto	<i>Não / Sim</i>	0 a 4
B.8 - Capacidade de desenvolver a ligação entre o universo associativo estudantil e juvenil	<i>Não/ Sim</i>	0 a 4
B.9 - Capacidade de estabelecer a troca de experiências e/ou intercâmbios com outros países no âmbito do projeto	<i>Não/ Sim</i>	0 a 4
B.10 - Visibilidade e impacto mediático do projeto	<i>Internet (redes sociais, páginas, blogs)</i>	3
	<i>Imprensa escrita (jornais, revistas, etc.)</i>	1
	<i>Meios audiovisuais (TV, Rádio, etc.)</i>	2
B.11 – Rácios Orçamentais		
B.11.1. Gasto com Estrutura inferior 40% do custo total do projeto	<i>Não / Sim</i>	0 a 3
B.11.2. Autofinanciamento superior 30% do custo total do projeto	<i>Não / Sim</i>	0 a 3

**II - NOTAS EXPLICATIVAS DOS CRITÉRIOS E INDICADORES DE PONDERAÇÃO E DAS SUAS FONTES DE
RECOLHA**

IMPORTANTE

Sob pena de inelegibilidade de candidatura:

- O formulário de candidatura “**CONCURSO "BOAS PRÁTICAS | ASSOCIATIVISMO ESTUDANTIL”**”, deve estar integralmente preenchido e complementado com os anexos nele solicitados.
- **Os comprovativos a enviar para as Delegações do IPDJ, I.P.**, devem ser apresentados em **suporte PDF ou similar**.
- Devem ser remetidas, igualmente, digitalizações das **cópias das certidões de segurança social e finanças**, válidas, atestando a ausência de dívidas, no caso de não ter sido dada autorização de consulta em *site* oficial da situação tributária ao IPDJ, I.P.

Critérios e indicadores de valoração:

- Nas tabelas de critérios de ponderação e pontuação, no parâmetro A e B, sempre que se ler, por exemplo, “0 a 6” a pontuação será atribuída pelo Júri mediante o conteúdo dos indicadores, apresentados por cada entidade, em função da sua validade, pertinência e consistência.

Parâmetro A – Perfil de organização e consolidação da associação de estudantes

A.1. Média de idades da Direção da Associação (a verificar pelo IPDJ, I.P.)

Serão considerados, para efeito de apreciação, a média de idades de todos os elementos da direção da Associação (soma de idades a dividir pelo número de elementos). Para efeitos de análise de candidatura, podem, também, ser consultado pelos serviços, os dados constantes à média de idades da Direção da Associação presentes na última atualização RNAJ.

A.2. Igualdade de género da direção da associação (a verificar pelo IPDJ, I.P.)

Será considerada, para efeitos de apreciação, a igualdade de género na Direção da Associação, através de percentagem. A margem compreendida entre os 45% e os 55%, significa que existe uma maior tendência para um equilíbrio entre géneros, enquanto a existência de um valor superior a 55%, significa que existe uma maior prevalência de um dos géneros. Para efeitos de análise de candidatura, podem, também, ser consultado pelos serviços, os dados constantes à média de idades da Direção da Associação presentes na última atualização RNAJ.

A.3. Cumprimento de procedimentos com o IPDJ, I.P.

A.3.1. Entrega correta e atempada de relatórios relativos a apoios PAAJ (a verificar pelo IPDJ, I.P.)

Considerando o ano do projeto, é feita a verificação das datas de registo de entrada dos relatórios nas Direções Regionais do IPDJ, I.P., e a verificação da avaliação técnica efetuada de acordo com a legislação PAAJ (PAE / PAI Med 2 / Programa Formar).

As condições de entrega correta e atempada são cumulativas.

A.3.2. Realização atempada e correta da manutenção RNAJ (a verificar pelo IPDJ, I.P.)

Cumprimento da manutenção ordinária (com entrega correta e atempada de documentação ordinária e extraordinária, se esta existir) relativa ao ano a que corresponde o projeto.

As condições de entrega correta e atempada são cumulativas.

A.3.3. Divulgação/publicitação de apoios do IPDJ, I.P.

Apresentar comprovativos de 2 a 4 exemplos de divulgação e/ou publicitação do apoio do IPDJ, I.P., (ex.: brochuras, folhetos, notícias de jornal, *printscreens* do site da associação, cartazes, materiais promocionais, registos áudio, etc.) relativos à atividade da associação, tendo em conta que:

- a) Um dos exemplos a apresentar deve corresponder obrigatoriamente ao projeto candidato, se este tiver sido apoiado pelo IPDJ, I.P.;
- b) Os restantes exemplos podem ser de projetos distintos, apoiados nos últimos 3 anos (ano corrente e dois anteriores).

A divulgação e publicitação de apoios do IPDJ, I.P., são cumulativas.

Discriminar cada documento com o número da pergunta 7.

A.4. Fator de empregabilidade (recursos humanos com Contrato de Trabalho)

Enviar cópias e comprovativos da existência de recursos humanos na associação, com contrato de trabalho ou mediante a apresentação de documentos de contribuição para a segurança social. São também aceites recursos humanos com contrato de estágio ao abrigo de medidas promovidas pelo IEFP.

A existências de recursos humanos da associação com contrato de trabalho são cumulativos.

Discriminar cada documento com o número da pergunta 11.

A.5. Oferta de serviços à comunidade estudantil

A justificação a apresentar (por ex., a AE tem serviço de fotocópias, Gabinete de apoio ao aluno, apoio na procura de alojamento, de estágios e/ou saídas profissionais, etc.) deve ser complementada com o envio dos respetivos comprovativos.

Discriminar cada documento com o número da pergunta 13.

A.6. Práticas de fomento de sustentabilidade ambiental (Utilização de energias renováveis, Práticas de reciclagem e reutilização, Atividades de educação ambiental)

Poderá assinalar, no máximo, 4 opções.

Apresentar fundamentação documentada com exemplos e justificativos concretos (ex.: fotografias, notícias, elementos que justifiquem atividade ambiental através de outros projetos, certificados, cópia de recibos de aquisição de equipamentos ou materiais em nome da entidade, etc.).

A valoração é cumulativa por cada prática de fomento de sustentabilidade.

Discriminar cada documento com o número da pergunta 10.

A.7. Cumprimento das atividades incluídas no plano de atividades apresentado ao IPDJ, I.P., em candidatura anterior ao PAE (a verificar pelo IPDJ, I.P.)

Verificação da capacidade de execução da entidade através da % de execução do plano de atividades apresentado em candidatura anterior ao PAE. Serão considerados, para efeito de apreciação, os dados do relatório final constantes na aplicação informática.

O projeto candidato **não** necessita de ser um projeto apoiado pelo IPDJ; contudo, a sua apresentação deve conter todos os elementos que fazem parte da metodologia de projeto, a exemplo do que é uma candidatura ao programa PAE – Programa de Apoio Estudantil.

B.1. Disseminação ou oferta de serviços/ atividades à comunidade estudantil e/ou sociedade em geral, não existentes até então ou sem oferta relevante

A justificação a apresentar deve ser complementada com exemplos e envio dos respetivos comprovativos. Discriminar cada documento com o número da pergunta 26.

B.2. Caráter de inovação na atividade da entidade (novas áreas de intervenção e/ou novas metodologias)

Discriminar um ou ambos os indicadores em análise:

- Novas áreas de intervenção – discriminar em que é que o projeto fez a associação crescer e/ou desenvolver-se e se alargou o seu campo de intervenção (por ex., para além daquelas áreas discriminadas no registo da associação no RNAJ, ou para outras subáreas mais específicas).
- Novas metodologias – indicar se o projeto desenvolveu a utilização de novas metodologias e discriminar quais

Os elementos de inovação não são cumulativos.

B.3. Nº de alunos/jovens abrangidos pelo projeto

Podem ser considerados os alunos (jovens ou não) envolvidos nas atividades do projeto e/ou outros jovens externos ao universo estudantil que tenham participado no projeto.

Caso o projeto tenha sido apoiado no âmbito dos PAAJ, a avaliação poderá considerar os dados existentes na candidatura e no relatório de atividades.

Discriminar cada documento com o número da pergunta 23.

B.4. Acesso por parte de alunos a oportunidades de formação complementar

Indicar se o projeto proporcionou, a alunos, o acesso a formação complementar à decorrente do plano curricular da sua frequência universitária, apresentando a fundamentação sobre a sua pertinência e os respetivos comprovativos (por ex.: através de programa da formação, relatório de formação, planos curriculares, etc.).

Discriminar cada documento com o número da pergunta 31.

B.5. Intervenção com impacto duradouro no tempo (duração do projeto)

B.5.1. Indicar a duração do projeto considerando as possibilidades: 3 Meses; 3 a 5 Meses; 6 Meses a 1 ano.

B.5.2 Indicar se o projeto se realizou pontualmente uma única vez ou se é um projeto de continuidade, com carácter regular, indicando a qual a periodicidade (por ex.: anual).

B.6. Capacidade de estabelecer parcerias públicas e privadas, formalmente instituídas.

Apresentar documentos comprovativos das parcerias estabelecidas entre a associação e outras entidades, devidamente formalizadas.

Discriminar cada documento com o número da pergunta 32.

B.7. - Capacidade de expressão de saberes científicos/académicos no projeto;

Discriminar em que medida o projeto divulga saberes científicos/académicos e qual o seu impacto na comunidade a que se destina.

Apresentar comprovativos (por ex., notícias, comunicação interna da universidade, documentação de parceiros, etc.).

Discriminar cada documento com o número da pergunta 33.

B.8. Capacidade de desenvolver a ligação entre o universo associativo estudantil e juvenil

Comprovar qual o grau e tipo de envolvimento com uma ou mais associações juvenis.

Apresentar comprovativos (ex.: documentos de parceria, relatórios, notícias, etc.)

Discriminar cada documento com o número da pergunta 34.

B.9. Capacidade de estabelecer a troca de experiências e/ou intercâmbios com outros países no âmbito do projeto

Discriminar qual o tipo de envolvimento estabelecido a nível internacional e em que fase do projeto (por ex., intercâmbio de estudantes, deslocação de professor/aluno para ministrar formação ou divulgação do projeto, troca de conhecimentos, etc.) e apresentar comprovativos.

Discriminar cada documento com o número da pergunta 35.

B.10. - Visibilidade mediática do projeto

Atestar o impacto mediático do projeto na Internet, redes sociais, portais, páginas ou blogs, imprensa escrita (jornais, revistas, etc.), meios audiovisuais (TV, Rádio, etc.), documentários, etc., e apresentar comprovativos.

Discriminar cada documento com o número da pergunta 36.

Orçamento discriminativo do projeto

B.11. – Rácios Orçamentais

B.11.1. Relação entre o custo total do projeto (final) e o valor de custo total de estrutura, que inclui funcionamento (água, luz, gás, telefones, etc.) e o custo com Recursos Humanos afetos ao mesmo. A avaliação incidirá sobre a percentagem que a estrutura representa, face ao custo total final (se inferior ou não a 40% ao custo total do projeto e em que %).

B.11.2. Relação final de autofinanciamento do projeto (cujo conceito envolve receitas próprias da entidade + receitas privadas) face ao valor de custo total do projeto. A valoração dependerá da percentagem encontrada (se superior a 30% ou não ao custo total do projeto e em que %).